

## UMA POLÍTICA DE LÍNGUA PARA O PORTUGUÊS\*

### INTRODUÇÃO

A inexistência de uma política de língua é uma afirmação que ouvimos a especialistas e professores, aos que trabalham sobre a língua portuguesa em Portugal e no estrangeiro. No entanto, muitas medidas avulsas têm sido tomadas que permitiram um maior domínio do Português como língua materna e uma mais extensa difusão como língua segunda ou estrangeira. Essas medidas, contudo, não se apresentam enquadradas de forma a possibilitar ao público, mesmo especializado, uma apreciação dos objectivos gerais que se propõem atingir. Talvez tal aconteça porque as decisões estão espalhadas por vários Ministérios, ou porque as pessoas que devem construir essa política e desenvolvê-la estão condicionadas por razões extralinguísticas ou, ainda, porque quem tem o poder de decisão necessita de acudir às questões pontuais e inadiáveis e nunca definiu, portanto, esses objectivos globais.

Mas quem não tem de agir de imediato pode traçar um quadro que englobe os objectivos e as estratégias necessárias para desenhar uma política de ensino e difusão do Português. É uma contribuição a ser dada por aqueles que andam nestas lides há várias décadas. É esse o objectivo da reflexão que se segue.

---

\* Artigo correspondente a uma conferência apresentada na Universidade de Compostela em Maio de 2002

## PARA UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA EM PORTUGAL

As questões relacionadas com o uso e difusão de uma língua podem apresentar-se sob uma tripla natureza: 1) A língua como *forma de construção da pessoa e de comunicação quotidiana* do indivíduo, como língua materna. 2) A língua como *veículo de escolarização* de comunidades que a utilizam como língua segunda. 3) A língua como *referência socio-política e cultural* nos espaços em que é língua estrangeira.

A busca de um enriquecimento e de um fortalecimento respeitantes ao ponto 1) - A língua como forma de construção da pessoa e de comunicação quotidiana - é o objectivo do ensino escolar da língua materna. Com tal objectivo se procura levar os estudantes a atingir maior proficiência no domínio e na utilização da língua. Essa proficiência, ligada a um registo linguístico considerado padrão, diminui a discriminação social e proporciona as condições básicas de acesso de todos os elementos da sociedade às estruturas de poder. Não é esta uma tarefa fácil, dada a invisibilidade do sistema linguístico e a identidade que o indivíduo sente com a língua que fala e, ainda, o facto de os instrumentos para a análise da língua coincidirem com o próprio objecto de análise - *é com palavras que se estudam as palavras*. Mas estas circunstâncias justificam precisamente a necessidade de criar uma distância entre o indivíduo e a língua considerada como objecto de estudo, distância que lhe permita conhecer explicitamente e analisar as características, propriedades e funcionamento desse objecto. Esta explicitação é entendida como o ensino da *gramática*, ensino que foi ostracizado nos anos 60, com a entrada do oral na escola, e que retornou, nas décadas de 70 e 80, em

completa confusão entre transmissão directa de conceitos linguísticos e pedagogia do conhecimento explícito da língua.

Não pretendo defender aqui o conceito tradicional de gramática pedagógica que apela à memória e é acompanhado por algumas estratégias – melhor diria, estratagemas – que permitem reconhecer, quase automaticamente, as categorias verbais e frásicas do enunciado. O conhecimento que hoje possuímos dos princípios presentes na gramática universal, decorrentes das propriedades que caracterizam as línguas, e dos parâmetros em que se situa cada língua particular, permitem-nos desenhar outros contornos para a introdução dos conhecimentos gramaticais no ensino da língua materna.

Este conhecimento explícito da língua está em inter-relação com o desenvolvimento das capacidades de compreensão e de produção da língua oral e da escrita, formando um todo que enforma e alimenta o crescimento linguístico do sujeito. Finalmente, esse conhecimento explícito da gramática, ao proporcionar ao indivíduo uma tomada de consciência das operações que realiza nos actos de fala, obriga a um esforço de *memória* e *atenção* sobre os dados linguísticos, desenvolve as capacidades de *sistematização* e *generalização*, treina o *raciocínio teórico* e a *capacidade de abstracção* e desenvolve a *criatividade*.

Por todas estas razões, e porque é uma prova de um razoável nível cultural, o *domínio de utilização da língua materna* é considerado justificadamente como uma referência fundamental para a avaliação do desenvolvimento psico-social dos indivíduos e para a sua integração social. Tal domínio evidencia-se publicamente nos meios de comunicação e em todas as situações que exigem um discurso objectivo e/ou uma argumentação convincente. Como é notório – e não só para o Português mas, ao que se sabe, para várias outras línguas – esse domínio tem-se demonstrado muitas vezes claramente

insatisfatório, o que provoca sucessivas reformas de currículos escolares e discussões em praça pública sobre estratégias a utilizar.

### O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA NÃO-MATERNA

Enuncei brevemente alguns aspectos relacionados com a importância do ensino da língua materna no desenvolvimento educativo. Vejamos agora os dois outros pontos acima mencionados – a língua como *veículo de escolarização* de comunidades que a utilizam como língua segunda, e a língua como *referência socio-política e cultural* nos espaços em que é língua estrangeira – visto que o termo ***Política Linguística*** se aplica, habitualmente, ao uso e difusão da língua nestas duas circunstâncias. É aqui que se torna indispensável uma *política da língua*, que a promova como um eficaz instrumento de escolarização e uma referência cultural e sócio-política. Este é um compromisso que os governos têm de assumir como uma opção política. Mas as opções políticas não existem no abstracto. Ou seja: para que a opção política se concretize, é preciso estabelecer os *objectivos* a atingir, as *estratégias* a desenvolver, as *táticas* a aplicar.

No que respeita às estratégias, é necessário, evidentemente, que existam meios para as levar a efeito. Por um lado, é urgente que se criem condições para incrementar a investigação sobre a língua e para construir instrumentos indispensáveis à sua difusão, como dicionários, terminologias, gramáticas, etc. Neste aspecto, os linguistas não encontram, normalmente, o apoio das autoridades competentes que lhes permita produzir investigação conducente à construção de materiais a utilizar no ensino da língua como não-materna. Basta-nos uma rápida consulta aos materiais existentes para o ensino do Português como língua segunda e estrangeira para concluirmos que

eles não atingem os objectivos desejáveis: muitos deles estão desactualizados, não utilizam os meios modernos de aprendizagem embora revelem uma indubitável dedicação de quem os realiza.

Passemos agora à dilucidação das *estratégias* para aplicação de uma verdadeira política de língua que deverão, naturalmente, basear-se em *princípios* e convergir para *objectivos* bem definidos.

Retomando a distinção feita nos pontos 2) e 3), é portanto necessário diferenciar, quando falamos de uma política de língua para o Português, a política a levar a efeito nos países que, por circunstâncias históricas, utilizam o Português como *língua de escolarização* e *veicular* para comunicação internacional, da política a aplicar nos países em que o Português é *língua estrangeira*. Começemos por enunciar alguns princípios básicos.

### **Princípios**

Todas as línguas constituem formas preferenciais de identificação cultural no uso que delas faz o falante no seu quotidiano, e contribuem para a realização do indivíduo como membro de uma comunidade. Assim, quando uma língua viva passa a ser menos conhecida e menos utilizada pelas pessoas para quem não é língua materna, perdem-se referências históricas e torna-se mais obscura a caracterização da comunidade que a fala.

A necessidade de definir uma política de ensino e difusão da língua decorre destas razões de carácter psico-social e cultural. Se quisermos, inclusivamente, raciocinar em termos economicistas, sabemos que a expansão de uma língua traz uma expansão de interações comerciais – como o souberam os nossos antepassados e como continua a ser claro para os governos de muitos países. Motivos

de sobra, portanto, para nos ocuparmos e preocuparmos com a definição de uma política de difusão da língua.

Vejamos agora alguns aspectos que devem nortear essa política, começando por reflectir sobre as estratégias de difusão do Português em África

## **O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ESCOLARIZAÇÃO**

### **E LÍNGUA VEICULAR**

#### **Enquadramento:**

A cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa tem um dos seus pontos fortes no apoio ao ensino do Português. A política linguística do Português a desenvolver junto desses países implica:

- O reconhecimento da *diversidade cultural* entre todos os países africanos.
- O desenvolvimento de uma *investigação sobre as línguas nacionais* africanas.
- A *coordenação das acções de cooperação* entre as diversas instituições portuguesas intervenientes.
- A consciência de que as ex-colónias têm fortes relações com países que falam outras línguas, o que não significa que eles abandonem o Português, nem deve levar a considerar com menos empenho o ensino do Português nesses países.

São **objectivos** da política linguística, nestas circunstâncias:

- Fortalecer a projecção do Português como língua de comunicação internacional.
- Reforçar o entendimento da cooperação como um espaço que favorece a inter-relação afectiva, social, cultural e económica, isto é, um espaço multicultural e multilingue.
- Levar a efeito a formação de profissionais para o ensino do Português como língua de escolarização.

Para atingir estes objectivos é necessário criar **estratégias** como:

- Desenvolvimento de mecanismos adequados à formação e recrutamento de professores de Português como língua segunda.
- Desenvolvimento da investigação sobre a criação das normas africanas do Português.
- Criação de estruturas de reforço das actividades lectivas e de investigação, e dos diversos espaços de difusão do Português, tendo em conta os contextos em que estão integrados.

A **concretização das estratégias** exige:

- Levar a efeito o levantamento da investigação realizada e em curso nos países africanos e em Portugal para constituição de uma base de dados sobre as variedades africanas do Português e sobre a relação entre as línguas nacionais africanas e a língua portuguesa.
- Desenvolver a investigação no âmbito das línguas em contacto, numa perspectiva comparativa.
- Levar a efeito um levantamento relativo às características linguísticas das populações escolares dos países em que o Português é língua de escolarização.

- Organizar em Portugal, de acordo com as entidades governamentais dos países estrangeiros, estágios regulares para a formação de professores de Português.
- Preparar e produzir materiais didácticos, e apoiar a produção desses materiais nos respectivos países.
- Divulgar livros e materiais multimedia que reforcem a relação com a língua portuguesa.
- Apoiar projectos dinamizadores de acções conjuntas, de parcerias entre Portugal e os países de língua oficial portuguesa,(p.ex. um programa conjunto para desenvolvimento de projectos como a criação de bases de dados, a investigação sobre línguas africanas ou normas africanas do Português, ou a alfabetização em línguas nacionais).

## **O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA**

O ensino do Português como língua estrangeira deve ter como principais **objectivos**:

- Manter e reforçar o ensino do Português no estrangeiro como língua segunda (para os emigrantes portugueses, por exemplo) e como língua estrangeira.
- Prestigiar o ensino do Português nas Universidades e instituições de ensino superior.
- Valorizar a função do professor de Português nas Universidades e escolas estrangeiras de modo a que venha a integrar-se no respectivo corpo docente.
- Incrementar o intercâmbio de instituições nacionais e estrangeiras que tenham responsabilidade sobre o ensino do Português língua estrangeira.



Para atingir estes objectivos supõem-se necessárias as seguintes **estratégias**:

- Aplicar de forma ampla, regular e credível o sistema de certificação do Português, sem o que os profissionais estrangeiros não deveriam poder exercer as suas profissões no nosso país.
- Estabelecer acordos com Universidades de modo a valorizar institucionalmente o ensino do Português.
- Determinar objectivamente prioridades de afectação dos recursos na manutenção, criação ou supressão de leitorados e do apoio a dar aos professores de outros níveis de ensino.
- Distinguir os contextos onde o ensino da língua se conjuga intimamente com a difusão da cultura, literatura e história dos contextos em que apenas o ensino da língua é prioritário.
- Coordenar efectivamente e na prática as acções dos Ministérios da Educação, dos Estrangeiros e da Ciência e Tecnologia.
- Coordenar acções com o Brasil para o objectivo comum do ensino da língua.

**A concretização das estratégias exige:**

- Formação especializada dos leitores e professores de Português língua estrangeira.
- Estimulação do interesse de licenciados disponíveis para o ensino da língua portuguesa no estrangeiro.
- Revisão e flexibilização da função de leitor de modo a permitir a manutenção dos elementos competentes e a avaliação do trabalho realizado e da sua integração nas instituições em que ensinam.
- Criação de módulos de ensino do Português.

- Desenvolvimento de materiais multimedia para os vários níveis de ensino, em forte inter-relação com as ferramentas informáticas do Português, que se exige sejam urgentemente desenvolvidas.
- Publicação e inserção na Internet de informação completa dos materiais didácticos existentes e das experiências em curso, em inter-relação com o trabalho que se desenvolve no exterior.
- Levantamento das condições de ensino do Português no estrangeiro, dos interesses particulares dos vários países e das necessidades de cobertura de áreas como, por exemplo, a ibero americana.
- Estimulação de desenvolvimento de projectos nesta área e determinação de formas anuais de publicitação dos resultados desses projectos.

---

A enunciação destas linhas gerais que deverão estar na base de uma política de língua para o Português tem como ponto de partida, e fundamento, uma larga discussão em que participaram professores portugueses e africanos que se ocupam e preocupam com o ensino da língua portuguesa em África, como língua segunda, e em muitas outras partes do mundo, como língua estrangeira. Julgo que as sugestões feitas, tanto no que respeita a princípios como a estratégias e à sua concretização, se podem aplicar a línguas que, como a portuguesa, caracterizam comunidades que espalharam pelo mundo marcas da sua identidade cultural e cujas línguas hoje estão ao serviço de outras culturas, outras necessidades e outros desejos. Quero deixar bem claro que, do meu ponto de vista, esta forma diferente de entender uma língua outrora colonizadora e hoje utilizada como factor

de liberdade deve ser para nós um estímulo acrescido para que, de modo explícito, voluntário e atento, construamos uma política linguística que promova e apoie o seu ensino e difusão.

Maria Helena Mira Mateus

Profª Catedrática da Faculdade de Letras

Universidade de Lisboa

Abril de 2002